



DOSSIER

www.ensino.eu

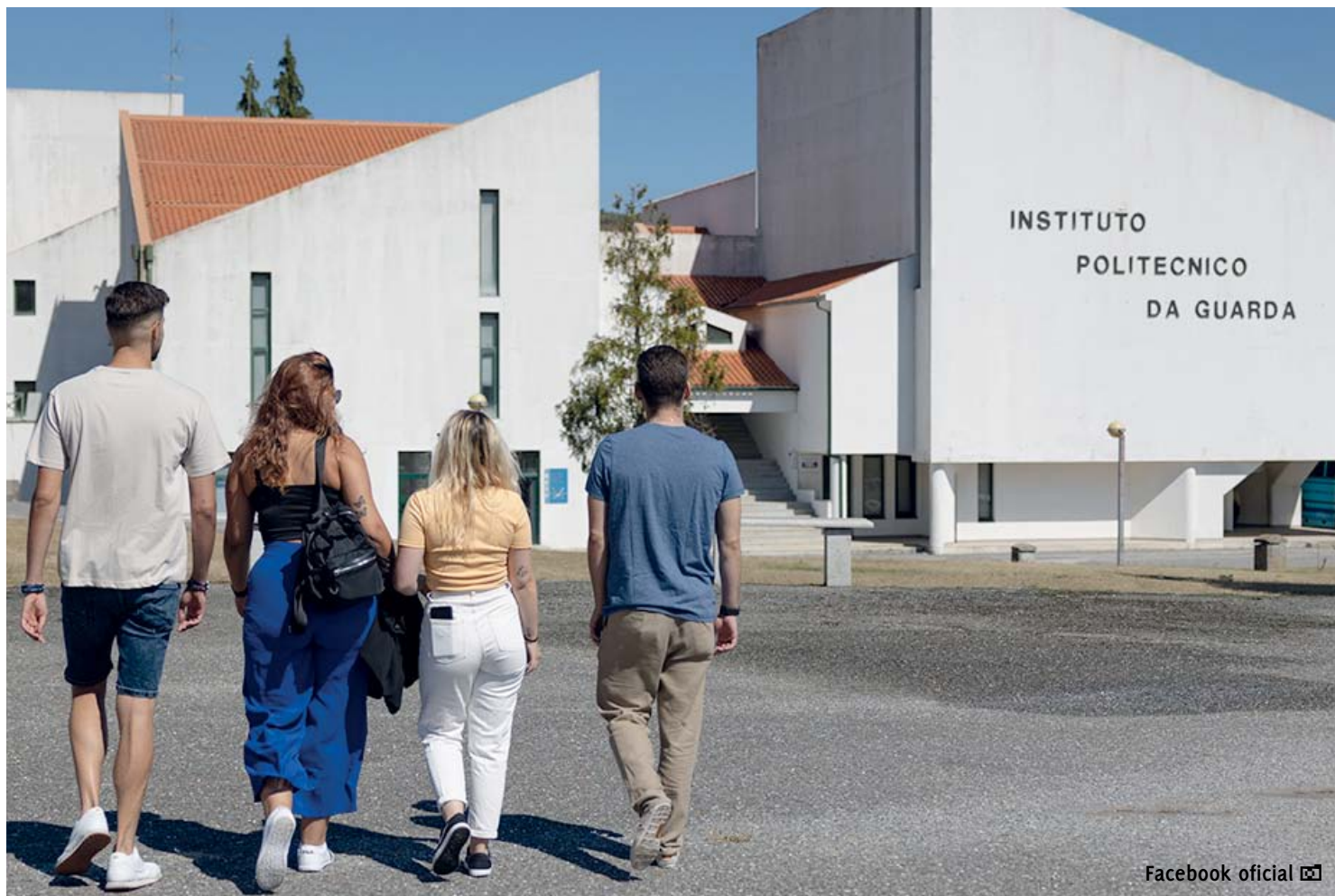
JOAQUIM BRIGAS, PRESIDENTE DO POLITÉCNICO DA GUARDA, EM ENTREVISTA

IPG motor de desenvolvimento e inovação

‡ O presidente do Politécnico da Guarda defende medidas de discriminação positiva para as instituições de ensino superior transfronteiriças. Joaquim Brigas olha para a instituição que dirige como um dos principais instrumentos de coesão territorial e social da região. Nesta entrevista aborda também a revisão do RJIES. Neste processo defende “cautela nas alterações em função daquilo que se pretende para o país”.

Recentemente o Politécnico da Guarda foi visitado pelo presidente da Assembleia da República. O professor foi muito incisivo na questão do financiamento...

Quando se defende uma política de coesão territorial e existe um ministério para essa área, faz sentido que a teoria seja consubstanciada na prática. Para haver essa coesão têm que haver políticas nesse sentido, onde as instituições de ensino superior (IES) são um motor fundamental para esse desenvolvimento. As pequenas IES têm tido dificuldades históricas sobretudo no que respeita ao financiamento, pois são sub-financiadas. É nas pequenas instituições que essa questão se nota mais. E é nestas regiões do interior do país, onde se encontram essas IES, que tem que ser feita uma maior aposta para que possam contribuir para o desenvolvimento do território. Há todo um ciclo de ações que estão relacionadas com o papel das instituições na atração e fixação de pessoas. As IES, seja através da capacitação de recursos, seja pela investigação, inovação e ligação aos tecidos empresarial e social podem contribuir para um maior desenvolvimento, em interação com esses setores. A questão do financiamento é fundamental, pois nós não podemos estar ano após ano dependentes do Orçamento de Estado. As IES têm que fazer a sua planificação, pelo menos, a curto e médio-prazo. Tem que haver um financiamento plurianual, que garanta às instituições alguma estabilidade para aplicarem políticas que vão para além do horizonte temporal de um ano. A estabilidade do corpo docente convidado e de investigadores tem que ser planeado atempadamente. Outra questão importante para estes territórios transfronteiriços é que coincidem



Facebook oficial

com zona despovoadas. E nesse sentido, há necessidade de atrair mais gente para estudar e trabalhar. Esses jovens serão os futuros profissionais do amanhã. Daí termos aproveitado a presença do Presidente da Assembleia da República para o sensibilizar para a necessidade destas regiões poderem, através do ensino superior, atrair mais jovens. Se uma pequena percentagem ficar na região já é benéfico.

Mas em termos concretos que aspetos sinalizou?

Recordámos uma situação que temos vindo a defender desde que foi suprimida, que é a possibilidade das IES poderem admitir estudantes internacionais e de regimes especiais até 30% do seu total de vagas. No nosso caso se-

riam mais 300 estudantes. Parece uma medida insignificante, mas que para a IES localizadas nestes territórios é muito importante.

Acredita que no futuro poderá haver abertura para que isso suceda?

Não parece, daí a necessidade de o sublinhar essa necessidade junto do Presidente da Assembleia da República. Uma coisa são as instituições poderem ter meios para crescer, outra é criarem uma série de mecanismos que levam à sua asfixia num período temporal não muito alargado. E quando se fala em coesão social e territorial, urge a implementação de medidas que promovam essa mesma coesão. Não consigo ver a coesão e o desenvolvimento destes territórios transfronteiriços sem a presença do

ensino superior.

Na sua perspetiva o ensino superior é o principal instrumento de coesão territorial e social?

Sem dúvida. É fundamental para o desenvolvimento equilibrado do país. Ajuda a concretizar a coesão, seja pela atração e fixação de recursos humanos, seja pela capacidade de inovação e investigação, ou pela transferência - com interação - para o tecido económico e social de conhecimento e inovação. Esta é a maneira mais eficaz de forma a que as instituições e empresas localizadas longe dos grandes centros, disponham de condições iguais. Isto é, que disponham de IES que queiram fazer investigação e que essa dinâmica se tra-

Publicidade

rvj.editores/

EDITAMOS PALAVRAS COM CONTEÚDO

RVJ - EDITORES, LDA.

AV. DO BRASIL, 4 - R/C | 6000-079 CASTELO BRANCO

tel.: +351 272 324 645 | telem.: +351 965 315 233 | email: rvj@rvj.pt

(chamada para a rede fixa nacional)

(chamada para a rede móvel nacional)





duza numa maior produtividade. A possibilidade de formar e fixar quadros qualificados no território tem um efeito multiplicador de desenvolvimento. Mas também podemos admitir que a força para contrariar esta macrocefalia é de tal ordem, que é como contrariar a lei da gravidade.

Deveria haver uma plataforma que reunisse as IES do interior para as defender?

Essa é uma possibilidade. Há interesses comuns e o território ganharia muito com isso.

O que é que lhe parece a proposta de revisão do RJIES?

Todos temos a noção que o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior está desadequado. Precisamos de um novo RJIES, mas deve haver uma cautela nas alterações em função daquilo que se pretende para o país. E o que é que se pretende para o país? Esta é uma questão fundamental. Vamos considerar a reorganização do ensino superior em Portugal pensando no território ou sem pensar nele? Penso que é absurdo pensar numa reorganização sem ser no contexto territorial. E aqui deve definir-se claramente se esta reorganização tem em vista os centros de excelência do litoral, ou se tem em conta o país como um todo, em que as várias áreas geográficas, de baixa densidade e transfronteiriças, têm possibilidade de fazer parte do sistema de desenvolvimento do país através do ensino superior. Há países, e nós sabemos isso através da universidade europeia que integramos (UNITA) e que inclui IES transfronteiriças, em que as instituições de ensino superior têm todos os meios para fazer investigação, inovação, etc.

O RJIES fica aquém nessa matéria?

Tem que haver regras claras para aquilo que se pretende fazer. Tem que se assumir que tipo de IES queremos, se as pequenas são para existir ou para desaparecer, se os territórios mais afastados dos grandes centros são para existir ou para desaparecer.

E os agentes políticos locais têm essa percepção dos riscos?

Nalguns casos sim, noutros não. Temos autarcas muito presentes que sabem valorizar tudo o que é importante e que investem milhões de euros só para terem unidades orgânicas nos seus concelhos. Que sabem qual a importância de ter um politécnico no seu território e por isso fazem investimentos avultados.

O Politécnico da Guarda tem exemplos disso?

Sim, nós temos concelhos que têm feito uma aposta. Temos tido o empenho por parte de autarquias para acolherem CTESP. Isto tem permitido a atração de gente jovem para fazer a sua qualificação e, por outro lado, a fixação e qualificação de alguns recursos humanos. As empresas, por exemplo ligadas ao turismo, têm beneficiado destas formações. Muitas vezes são as empresas que nos enviam os seus recursos para se qualificarem.

Portanto há também uma ligação entre a academia e o tecido empresarial?

Essa é uma preocupação que temos tido, no sentido de estreitar, cada vez mais, a rela-



Facebook oficial

ção entre o Politécnico da Guarda e o tecido empresarial e social.

Por falar em empresas. O Politécnico da Guarda tem a sua incubadora desnuclearizada e cada vez são mais os empresários que vos procuram...

Este conceito de incubadora desnuclearizada é uma forma de enraizar o IPG no território, pois a incubadora tem uma sede no Politécnico, mas tem núcleos dispersos em alguns concelhos, sendo que as parcerias não são exclusivamente com as autarquias. Neste momento temos três startup's de capital americano, uma indiana e aguardamos uma outra com capital internacional. Esta descentralização tem uma vantagem, pois garante aos municípios que sejam nossos parceiros o acesso a todos os benefícios de formação e de investigação, através desta incubadora.

Quando tomou posse para o seu primeiro mandato, referiu que um dos seus objetivos era abraçar a região e envolver as autarquia e o tecido empresarial. Isso está a ser conseguido?

Está e continuamos nessa linha de pensamento. Assumi, em 2018, até em resposta ao autarca que estava na Guarda, que o IPG não iria estar exclusivamente ao serviço do concelho da Guarda, mas de toda uma região, trabalhando para os nossos territórios, para o país e para o mundo. Temos conseguido estreitar relações com a região, com as autarquias, empresas e IPSS. Criámos uma associação na área da logística. Ultimamente temos desenvolvido produtos por medida, como pós-graduações cujo desafio partiu das próprias empresas e instituições, em enoturismo e em tecnologias para a logística.

Esta dinâmica altera a percepção que a comunidade tem do Politécnico da Guarda?

Sim. Olham para o IPG como uma instituição aberta, sem muros e mais direcionado para o desenvolvimento do território. Nós queremos o politécnico como um fator de desenvolvimento do território, em associação com o tecido empresarial, social, educativo e com as autarquias.

O Politécnico da Guarda pode funcionar como um construtor de pontes para toda a região?

Sim. Desde logo por toda esta interação. Dou um exemplo. Fala-se há algum tempo na construção de um porto seco (plataforma logística) na Guarda. Nós, logo que se começou a equacionar essa possibilidade, cumprimos o nosso papel de formar e capacitar recursos nessa área. Criámos CTESP em logística e uma pós-graduação envolvendo quadros das empresas do setor e da área das tecnologias. As duas ofertas formativas foram um sucesso. Como temos a noção que a aposta em recursos altamente qualificados é fundamental para qualquer atividade, avançámos com um mestrado em tecnologias para a logística. Temos tido a preocupação de envolver as partes na nossa formação, quer como formadores quer como formandos. Ou seja aparecemos como um elo de ligação entre a parte da investigação e da inovação com o território. O Laboratório Colaborativo para Logística permitiu o nosso enriquecimento como instituição.

A médio-prazo o IPG pode ser diferenciador na formação, inovação e investigação na área da logística?

Já começou a ser. No âmbito da economia azul temos a liderança de um projeto de 3,2 milhões de euros, que inclui instituições de Espanha, França e Irlanda. Além disso, estamos a fazer candidaturas para liderar projetos a nível europeu.

A diferenciação das IES do interior, numa determinada área, pode ser o caminho certo para essas instituições?

Penso que sim. E isso pode surgir de diferentes formas. Podem ser as instituições que por via dos seus recursos apostam numa determinada área para se especializarem, ou como aconteceu no Politécnico da Guarda, em que quando a logística foi identificada como área importante para a região através da instalação de um porto seco, orientámos alguns dos nossos recursos para este processo e para o liderar na investigação e na inovação. Temos tido sucesso e vamos con-

tinuar a trabalhar. Mas, como também tive oportunidade de transmitir ao Presidente da Assembleia da República, há necessidade de haver uma maior equidade na atribuição de recursos altamente qualificados às instituições de ensino superior, sobretudo na sequência de concurso pela Fundação para a Ciência Tecnologia (FCT). Houve um concurso que resultou num autêntico escândalo, pois o concurso de nacional teve muito pouco, ficou quase tudo em Lisboa.

Ao nível da oferta formativa, estão previstos novos cursos no IPG?

Estão, nomeadamente na área da saúde. Estamos também a refletir internamente sobre quais as áreas formativas de maior interesse para o desenvolvimento do território. Já nos deixámos, há muito tempo, de apresentar cursos em função dos interesses académicos. O foco está no interesse do mercado e ir ao seu encontro. Estamos a falar de ofertas formativas desde as microcredenciações até às pós-graduações.

O novo RJIES permite que os politécnicos possam dar doutoramento. Em que áreas o IPG pode avançar?

Nós tivemos várias áreas que foram avaliadas pela FCT, mas estamos a aguardar resultados. As instituições que já submetem doutoramentos tinham em 2017 unidades de investigação, o que não era o nosso caso. Nós submetemos propostas nas áreas do desporto, turismo, educação e da ciência e tecnologia ligada às artes. Submetemos ainda uma outra na área da eletromecatrónica, em parceria com uma instituição vizinha. Autonomamente, fizemos a candidatura para um centro de investigação na área da Biotecnologia, uma vez que temos recursos humanos muito qualificados e com elevada produção científica. Se a avaliação da FCT for conhecida antes 15 de março, nós temos condições para propor a abertura de doutoramentos.

Ao nível da investigação, o IPG tem estado associado a projetos de saúde, inclusive na área oncológica, alguns dos quais como líder...

Temos investigadores da Escola Superior de Saúde que têm feito investigação nesta área. Temos também a coordenação de um projeto de combinação de fármacos para a abordagem a essa doença.

No que respeita à investigação, de uma forma geral, convém sublinhar que o Politécnico da Guarda tem em curso projetos num valor global 11 milhões de euros (FCT, PRR e projetos transfronteiriços).

Uma última questão. Como estão a decorrer os projetos, quer formativos quer de obra, afetos ao PRR?

Na área da formação, todas as ações estão a ser concretizadas. No que respeita a obras estamos a aguardar pela conclusão do concurso de construção da residência de estudantes na Guarda, a qual terá 152 camas. No caso da Escola Superior de Turismo e Hotelaria, em Seia, as obras da residência, para 101 camas, estão quase a arrancar. Já a Câmara da Guarda irá construir uma residência no centro da cidade, com 120 camas. ■

ouvir podcast em:



CAPACITAR DIGITALMENTE OS PORTUGUESES

IPGuarda assume compromisso

✚ O Instituto Politécnico da Guarda (IPG) está “em linha com as políticas do Governo, como os programas de formação digital, a inclusão tecnológica para populações mais vulneráveis e o desenvolvimento de plataformas que facilitam o acesso a serviços públicos digitais”, afirmou Joaquim Brigas, presidente do IPG, ao secretário de Estado da Modernização e Digitalização, Alberto Rodrigues da Silva, quando este visitou o campus da instituição, a 3 de fevereiro.

Na apresentação dos projetos digitais que o IPG lidera ou nos quais está envolvido, o presidente da instituição sublinhou os esforços que está a desenvolver na capacitação digital da população portuguesa e dos países lusófonos. “Queremos afirmar que somos seus aliados quando diz que a prioridade da transformação digital está nas pessoas”, afirmou o presidente do IPG dirigindo-se ao secretário de Estado.

Os projetos regionais, nacionais e internacionais em que o Politécnico da Guarda participa têm financiamento com valor elegível de 11 milhões euros. Deste financiamento, 7,1 milhões é nacional e 3,9 milhões é internacional. “Sendo tão difíceis as condições de financiamento das pequenas instituições de ensino superior do Interior do país, contamos com o apoio do secretário

de Estado Alberto Rodrigues da Silva para, dentro do Governo, se bater pelo esforço que estamos a fazer nestes territórios”, afirmou Joaquim Brigas.

Joaquim Brigas falou igualmente da incubadora desnucleada que o IPG criou para empresas tecnológicas com polos em vários municípios da região, “um projeto desenhado para acolher start-ups com atividades ligadas à automação, à logística, à economia social e à economia digital que, em 2024, acolheu já três start-ups com capital exclusivo norte-americano”. Foi também salientada a prioridade que o IPG dá às questões da segurança informática e da cibersegurança: “Já estamos, aliás, a formar técnicos especializados em cibersegurança e redes informáticas para integrem empresas portuguesas e instituições públicas”, afirmou.

O Politécnico da Guarda organiza anualmente a Conferência Internacional de Cibersegurança, a qual, em cinco edições, se transformou no maior e mais prestigiado evento de cibersegurança do Interior do país. Joaquim Brigas aproveitou para convidar o secretário de Estado da Modernização e Digitalização para intervir na conferência de 2025: “Teremos muito gosto em poder contar com a sua participação na próxima edição, prevista para maio”, disse. ■



JOAQUIM BRIGAS, PRESIDENTE DO POLITÉCNICO DA GUARDA

“RJIES deve garantir financiamento ao interior”

✚ Na revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), os deputados devem ter em atenção “o adequado financiamento que as instituições do ensino superior de regiões transfronteiriças, como o IPG, devem ter e não asfixiá-las financeiramente ano após ano”, afirmou hoje Joaquim Brigas, presidente do Politécnico da Guarda (IPG) ao presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, durante a sua visita à Escola Su-

perior de Turismo e Hotelaria, em Seia, a 10 de fevereiro.

O regresso da possibilidade de alunos internacionais e de regimes especiais poderem matricular-se até 30% além do total de vagas das instituições de ensino superior e a garantia de equidade às instituições do interior na contratação de investigadores altamente qualificados, são outros dois aspetos que devem merecer a atenção da Assembleia da República quando a revisão do RJIES for

discutida, afirmou Joaquim Brigas.

Ainda durante a visita, organizada no âmbito da iniciativa ‘Parlamento Próximo’, Aguiar-Branco ouviu o responsável do IPG afirmar que sem aquelas condições, “não há política de coesão territorial no que respeita ao ensino superior, como não há apoio ao interior nem à sua capacidade para atrair e fixar quadros”, ou seja, “os politécnicos e as universidades destes territórios não conseguirão cumprir a sua missão”. ■

TREINO E PERFORMANCE COM ACADÉMICO DE VISEU

Politécnico da Guarda ganha prémio

✚ Uma equipa do Instituto Politécnico da Guarda (IPG) venceu o prémio de melhor poster científico na categoria de ‘Treino e performance desportiva’, no SPRINT Congress, que decorreu a 7 e 8 de fevereiro, na Escola Superior de Desporto de Rio Maior, sob o tema Shaping the Future of Sports. Ali, a equipa da Guarda apresentou o projeto de avaliação morfológica, física e funcional dos jogadores profissionais do Académico de Viseu Futebol Clube, equipa da II Liga Portuguesa.

O grupo do Laboratório de Avaliação do Rendimento Desportivo, Exercício Físico e Saúde (LABMOV), do Instituto Politécnico da Guarda, “procurou analisar eventuais diferenças entre as diversas posições dos jogadores no campo, ao nível



da composição corporal, controlo postural dinâmico e desempenho muscular dos membros inferiores”, afirma Pedro Esteves, docente da Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto do IPG e coordenador do projeto.

“Os resultados evidenciaram diferenças relevantes entre médios e avançados, sobretudo ao nível da capacidade de produção de força dos membros inferiores”, afirma Pedro Esteves. “De um ponto de vista prático, estes resultados reforçaram

a necessidade de se desenharem programas especializados de treino em função das especificidades de cada posição em campo, visando a otimização do rendimento e prevenção de lesões”.

A partir daqui foi elaborado e entregue um relatório especializado ao staff da equipa de futebol profissional do Académico de Viseu com o propósito de providenciar informação pertinente para o ajustamento da carga no processo de treino e respetiva preparação para a II Liga.

Intitulado ‘Avaliação da massa corporal, do controlo postural dinâmico e da força muscular isocinética dos membros inferiores em futebolistas profissionais portugueses: diferenças entre posições no terreno’, o poster teve como autores Pedro

Esteves, Raúl Bartolomeu, José Teixeira, Carolina Vila-Chã e Faber Martins, docentes da Escola Superior de Saúde, Comunicação e Desporto do IPG e por João Rocha e Hélder Cruz, estudantes do curso de Licenciatura em Desporto da mesma escola.

O SPRINT Congress foi promovido pelo Centro de Investigação & Inovação do Desporto, Atividade Física e Saúde [Sport Physical activity and health Research & Innovation centerTer] (SPRINT), a nova Unidade de I&D na área das Ciências do Desporto composta por um consórcio de oito instituições de ensino superior que inclui o os politécnicos da Guarda, Castelo Branco, Coimbra, Viana do Castelo, Setúbal, Santarém, e Beja, bem como a Universidade do Algarve. ■



**POLI
TÉCNICO
GUARDA**
POLYTECHNIC UNIVERSITY

UNITA
universitas
montium
EUROPEAN UNIVERSITY



ÁREA COMUNICAÇÃO

CTeSP Comunicação Digital
CTeSP Multimédia e Artes Performativas
Licenciatura Comunicação e Relações Públicas
Licenciatura Comunicação Multimédia

ÁREA DESPORTO

CTeSP Treino Desportivo
Licenciatura Desporto
Licenciatura Desporto, Condição Física e Saúde
Mestrado em Ciências do Desporto

ÁREA DESIGN

Licenciatura Design de Equipamento e Ambientes

ÁREA EDUCAÇÃO

Licenciatura Educação Básica
Mestrado Educação Prê-Escolar e Ensino do 1.º CEB

ÁREA ENGENHARIA E TECNOLOGIA

CTeSP Análise de Dados
CTeSP Gestão de Informação Geoespacial
CTeSP Cibersegurança
CTeSP Construção Sustentável
CTeSP Energias Renováveis e Eficiência Energética
CTeSP Logística
CTeSP Manutenção e Reparação Automóvel
Licenciatura Ciência de Dados e Inteligência Artificial
Licenciatura Energia e Ambiente
Licenciatura Engenharia Civil
Licenciatura Engenharia Informática
Licenciatura Engenharia Topográfica
Licenciatura Mecânica e Informática Industrial
Mestrado Cibersegurança
Mestrado Computação Móvel
Mestrado Construções Cívicas
Mestrado Sistemas de Informação Geográfica **NOVO**
Mestrado Tecnologias para a Logística

ÁREA PROTEÇÃO DE PESSOAS E BENS

CTeSP Riscos e Proteção Civil

ÁREA GESTÃO

CTeSP Contabilidade e Fiscalidade
Licenciatura Contabilidade
Licenciatura Gestão
Licenciatura Gestão de Recursos Humanos
Licenciatura Marketing
Mestrado Gestão
Mestrado Gestão Industrial
Mestrado Marketing e Comunicação

ÁREA HOTELARIA

CTeSP Cozinha e Produção Alimentar
CTeSP Enogastronomia
CTeSP Gestão de Alojamentos Turísticos
CTeSP Alimentação Saudável
Licenciatura Gestão do Turismo e da Hospitalidade
Licenciatura Gestão Hoteleira
Licenciatura Restauração e Catering

ÁREA SAÚDE

CTeSP Análises Laboratoriais
Licenciatura Biotecnologia Medicinal
Licenciatura Ciências Biomédicas e Laboratoriais **NOVO**
Licenciatura Farmácia
Licenciatura Enfermagem
Mestrado Biotecnologia Medicinal e Farmacêutica **NOVO**
Mestrado Ciências Aplicadas à Saúde
Mestrado Enfermagem Comunitária
Mestrado Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria

ÁREA TRABALHO SOCIAL

CTeSP Gerontologia
Licenciatura Animação Sociocultural
Licenciatura Educação Social Gerontológica

ÁREA TURISMO

CTeSP Guias da Natureza
Licenciatura Turismo e Lazer
Mestrado Gestão e Sustentabilidade no Turismo

politecnicoguarda.pt



CENTRO33

2030

Cofinanciado pela
União Europeia

Os Fundos Europeus mais próximos de ti



REPÚBLICA
PORTUGUESA

Financiado pela
União Europeia